ATA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito de julho de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 182ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência.

Conselheiros presentes: Leonardo José Gomes (SMOBI), José Adeilson Colares (Urbel), Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Rosemary Fernandes da Silva (Pró-Pampulha), Regina Andréa Martins (CAU-MG) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Fernando de Oliveira Silva (COPASA).

Ausências justificadas: Frederico Luciano Santos (SMOBI) e Aurora Pederzoli (SLU).

O Presidente do COMUSA, o Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Leonardo José Gomes, verificando o quórum, iniciou a reunião informando a pauta: apresentação, pela COPASA, do 12º Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano de Ação para o Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia da Lagoa da Pampulha (Programa Reviva Pampulha).

Em seguida, o Presidente colocou em votação as atas das reuniões 178 e 179, que foram aprovadas por unanimidade.

A palavra foi então repassada ao representante da COPASA, Tiago Gonzalez Miranda, que procedeu a apresentação. O palestrante iniciou sua explanação lembrando que a bacia da Pampulha possui uma área de 98,4 km², sendo 56% localizada no Município de Contagem e 44% no Município de Belo Horizonte.

Apresentou uma prestação de contas da implementação do Plano de Ação, referente ao primeiro trimestre de 2026, compreendendo os meses de janeiro a março, com resultados acumulados desde 2002, quando as ações de despoluição da Lagoa da Pampulha foram intensificadas.

Informou que a cobertura pelo sistema de esgotamento sanitário na Bacia da Pampulha alcançou 99,5% e, no Município de Belo Horizonte alcançou 99,7%, sendo o investimento realizado de R$ 800 milhões, a partir de 2002. Esclareceu que a meta inicial do Plano era a execução de 9.759 ligações de esgotamento sanitário, que abrangiam principalmente áreas de vulnerabilidade social e locais com soleira negativa (ligações factíveis). Dentro dessa meta, 4.789 eram obras de pequeno porte e foram realizadas 2.790 ligações, restando 1.999 ligações nesse quesito até março de 2026. Das ligações restantes, várias já foram mobilizadas ou já têm adesão e as obras de ligação, execução ou ampliação das redes coletoras estão sendo contratadas, já tendo sido executados quase 10 mil quilômetros de rede nos dois municípios.

Para o quesito de ocupações desordenadas, o palestrante esclareceu que as pendências estão localizadas às margens dos cursos d'água e soluções mais específicas estão sendo contratadas. Nesse item, da meta de 308 ligações, foram realizadas 79, restando 229 pendentes.

Para as áreas de interesse social que estão no Município de Contagem, o palestrante informou que a meta compreendia 3.112 ligações, das quais 2.091 foram realizadas, restando 1.021 ligações. Informou, ainda, que nessas áreas foram realizadas outras ligações além das previstas na meta.

Para os locais que demandam mobilização social, o palestrante informou que a meta compreendia 1.550 ligações, das quais 1.439 já foram realizadas, restando apenas 111, as quais estão sendo tratadas pelas vigilâncias sanitárias ou já foram notificadas. O palestrante exaltou o exímio trabalho realizado pelas vigilâncias sanitárias e a sinergia na atuação das prefeituras com a COPASA.

O palestrante informou, ainda, sobre o aumento significativo do número de imóveis cadastrados como tarifa social, que passou de 11.820 mil em 2023, para 18.300 em 2026. Esse crescimento de aproximadamente 55% ampliou o alcance do benefício, contemplando famílias que antes não eram atendidas.

Sobre o monitoramento da água, o palestrante mostrou uma tabela evolutiva do Índice de Qualidade da Água (IQA) desde 2023 e enfatizou que apenas os córregos Bom Jesus e João Gomes apresentaram índices ruins de qualidade na última medição. Destacou que na bacia do córrego João Gomes já foram realizadas várias ações de interligação, ações no âmbito do Programa Caça-Esgoto e pesquisa de lançamentos irregulares, mas ainda não foi detectado o foco que faz com que os parâmetros fiquem ruins.

Para o córrego Bom Jesus, percebeu-se uma grande melhora ao longo dos anos e acredita-se que algum problema pontual na data da medição tenha contribuído para um valor ruim do indicador. O palestrante mostrou, também, as estações de monitoramento da qualidade da água. Informou que, das 20 estações contratadas, 17 estão em funcionamento e em processo de calibração, mas que as análises já estão sendo realizadas, com resultados *online*, facilitando o monitoramento. Ressaltou, ainda, que o objetivo, além de monitorar a qualidade da água, é agir de forma célere caso haja um lançamento indevido ou uma contaminação, por exemplo.

Em relação ao PRECEND, o palestrante informou que 1.086 imóveis já foram vistoriados, 482 foram qualificados ao Programa, 310 estão em tratativas com as Prefeituras e 188 já aderiram ao Programa.

O palestrante informou, também, que além das ligações previstas no Plano de Ação, já foram realizadas 6.724 novas ligações na Bacia, tanto pelo crescimento vegetativo, quanto pelas ações de mobilização social nas áreas de interesse social.

O palestrante também citou a importância de conscientizar a população sobre os danos que as contribuições parasitárias, que são os lançamentos de água pluvial nas redes coletoras, podem ocasionar ao sistema, principalmente gerando extravasamentos.

Em relação aos investimentos, o palestrante informou que no trimestre em questão (Jan/26 a Mar/26), foram realizados R$ 5.849.276,19 e, desde janeiro de 2022, já foram empenhados R$ 95.278.153,51 no âmbito do Plano de Ação, correspondendo a 65% da previsão de R$ 146,5 milhões.

Informou, ainda, que todas as informações sobre o Plano de Ação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Bacia da Lagoa da Pampulha podem ser acessadas no endereço eletrônico http://www.revivapampulha.com.br.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, parabenizou a COPASA pelo trabalho que está sendo realizado e pelo nível de cobertura de coleta de esgoto no Município e reconheceu a complexidade das contribuições parasitárias ao sistema. Questionou, então, sobre a dragagem da Lagoa da Pampulha e as intervenções previstas para o período chuvoso, diante da redução da capacidade de armazenamento do lago.

Em resposta, o representante da SMMA, Pedro Franzoni, informou que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente publicou no dia 25 de junho deste ano uma consulta ao mercado para apresentação de propostas técnicas para o desassoreamento e tratamento das águas da lagoa e limpeza da orla. Informou que a Prefeitura dispõe, atualmente, de dois contratos para a Lagoa: tratamento das águas e limpeza de sobrenadantes e capina da orla, que recolhe cerca de 100 toneladas de resíduos. Informou, também,que o Sistema de Governança da Lagoa encontra-se em funcionamento e que o Tribunal de Contas do Estado - TCE, contratou a UFMG para fazer um diagnóstico da bacia hidrográfica da lagoa da Pampulha e, a partir desse documento, serão desenvolvidos planos para a bacia como um todo. A Administração Municipal, juntamente com o Sistema de Governança, está preparando um Plano de Comunicação para garantir mais transparência às ações que envolvem a Lagoa. Informou, ainda, que a Prefeitura, juntamente com a PBH Ativos e a Unesco, está iniciando uma modelagem para a concessão da prestação de serviços de lazer e turismo na Lagoa, ou seja, a visão de futuro é ter uma lagoa com capacidade para esporte, atividade recreativa com contato secundário com a água, bares e restaurantes, mirante, pedalinhos e barcos, com toda infraestrutura necessária para o atendimento da população.

O Conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, questionou ainda quando foi a última dragagem realizada na Lagoa da Pampulha e qual a previsão de realização desse serviço.

Em resposta, o Conselheiro e Presidente do COMUSA, Leonardo Gomes, informou que a última ação de desassoreamento da lagoa ocorreu no ano de 2021. Informou, ainda, que a Administração Municipal tentou contratar o serviço, mas houve entraves com os órgãos de controle.

Complementando, o representante da SMMA, Pedro Franzoni informou que a Prefeitura estava fazendo a dragagem de manutenção, com emissão de licença de operação e monitoramento ambiental. Entretanto, com a auditoria dos órgãos de controle, foram instaurados dois inquéritos criminais, tanto no contrato de dragagem, quanto no contrato de tratamento de águas, inclusive com indiciamento de servidores municipais

por cometimento de crime, ainda em fase de inquérito da Polícia Federal, sob a coordenação do Ministério Público, o que impossibilitou a continuidade das ações na Lagoa. Diante disso, espera-se que a nova contratação seja efetivada até 2028.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, questionou sobre a referência do número de ligações, datado de setembro de 2021, se foi usado como base e o que tem sido feito para avaliar o aumento das ligações ao longo do tempo. Questionou, ainda, sobre a estratégia para avaliar a representatividade dos pontos de coleta de amostras para análise da qualidade da água da Lagoa

Em resposta, o palestrante explicou que os pontos de coleta foram estabelecidos em locais onde a COPASA já monitorava o curso d'água, para entender o comportamento de cada sub-bacia. Esclareceu que 17 das 20 unidades já estão em funcionamento, possibilitando acompanhar qualitativamente o curso d'água e facilitando uma atuação célere em eventual descarte,rompimento de rede ou lançamento irregular. Em relação às ligações, foram identificadas 9.759 ligações no Plano de Ação e, além dessas, a COPASA realizou outras 6.400 ligações adicionais para acompanhar esse crescimento dinâmico, pois a intenção da COPASA, além de cumprir a determinação judicial, é resolver o problema.

O Conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, solicitou novamente que a renovação do convênio com a COPASA fosse pautada nas reuniões do COMUSA.

Em resposta, o Presidente do COMUSA Leonardo Gomes se comprometeu a pautar o assunto em uma das próximas reuniões.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Frederico Luciano Santos, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.